

Por Rejane Rejo Tamoto



As boas práticas de governança que as entidades de previdência podem adotar, no contexto da Resolução Previc 23, foram abordadas no encerramento do primeiro dia do 4º Fórum UniAbrapp e Ancep. O painel Desenvolvimento e Implementação de Estruturas de Governança Efetivas para as EFPC foi moderado por Adriana de Carvalho Vieira, Secretária Executiva do Colégio de Coordenadores de Governança e Riscos da Abrapp; e teve como palestrantes Alcinei Cardoso Rodrigues, Diretor de Normas da Previc; e Fellipe Müller Barboza Correia, Governance Officer da Petros.

Alcinei Rodrigues destacou a importância da Resolução 23 para a governança das EFPC. Ele contou que a Previc revisou o processo de fiscalização, considerando as segmentações S1, S2, S3 e S4. “A Resolução 23 abriu a oportunidade de atuarmos de maneira normativa, e não apenas sob o aspecto operacional, proporcionando maior flexibilidade”, disse. Ele ressaltou a necessidade de adequar diretrizes mínimas, de acordo com o nível de complexidade e porte das entidades, já que a norma não é estática.

Segundo Rodrigues, a fiscalização baseada em riscos visa fortalecer o sistema de forma preditiva e educativa, com transparência e com respeito aos direitos de gestores e participantes. “Isso vai se refletir na estrutura organizacional de governança da entidade, com comitês e alçadas que passam a ganhar vida”, disse.

Na avaliação dele, as entidades podem considerar adotar práticas de governança superiores, mesmo que não sejam impostas a elas pela Resolução, caso a relação custo benefício seja adequada. “As EFPC podem promover boas práticas, e isso vai se refletir em seu organograma e normas internas. Um exemplo é a ouvidoria, que pode não ser obrigatória num primeiro momento, mas ao longo do tempo, uma entidade específica pode optar por tê-la, pois agrega valor. É uma escolha da entidade, e que deverá ser observada do ponto de vista da fiscalização. A Previc precisa analisar e reconhecer como uma boa prática, identificando o que chamamos de fatores positivos. Não se trata apenas do modelo de cada entidade, mas daquelas que desejam ir além”, explicou.

Rodrigues também lembrou que a fiscalização não se limitará apenas à correção em vários níveis, como também poderá indicar oportunidades de melhoria a entidades que desejam agregar. “A Resolução apenas consolidou normas existentes e deixou claro onde estão as regras de governança. Colocamos tudo em um pacote coerente, lógico e de forma simplificada. Nesse processo, reintroduzimos a certificação por experiência. A Previc tem exigências por níveis de segmentação, mas cada entidade precisa refletir como agir e agregar valor à governança, o que será observado positivamente pela fiscalização”, reforçou.

Adriana Carvalho de Vieira concordou com a recomendação e ressaltou a necessidade de cada EFPC analisar a consistência, a relação custo-benefício e os ganhos operacionais das estruturas de governança em operação, para decidir o que é viável manter ou agregar.

O papel dos comitês internos

Fellipe Müller Barboza Correia, da Petros, lembrou que uma governança bem instituída agrega muito às entidades. Ele destacou a importância da implementação de comitês internos, compostos por conselheiros e diretores, para trazer uma visão ampla dos temas e promover debates construtivos. Segundo ele, esse tipo de estrutura não é complexa de ser criada, e pode ser recomendativa ou deliberativa. “É importante que o comitê seja periódico e formalizado, com avaliação do colegiado para saber se está sendo estratégico. Também pode ter membros independentes, que têm o papel de estimular as áreas da entidade a olhar para algum ponto que não está sendo visto. Ideal que esse membro possa trazer experiência para complementar a

atuação e análise de riscos”, afirmou.

Correia lembrou da importância de um onboarding eficiente para novos membros e ressaltou a relevância da avaliação anual para a melhoria contínua dos comitês. “Nesse processo, é importante capacitar as pessoas, e um bom caminho é o curso de conselheiros da UniAbrapp”, destacou.

Ao longo da apresentação, ele abordou etapas importantes do processo de formação de comitês, como ter a disponibilização de documentos de forma simplificada e acessível. No contexto da estrutura, recomendou que os aspectos operacional e relacional sejam eficientes, juntamente com o lado estratégico, para que os comitês possam sempre pensar nos próximos passos.

O Governance Officer da Petros encerrou a participação no evento incentivando EFPCs de todos os portes a iniciarem essa jornada de investimento em estruturas de governança, por meio dos **Códigos de Autorregulação da Abrapp**. “A Abrapp possui o Selo de Autorregulação, e ele é para todos, não apenas para entidades complexas. Portanto, aderir ao Código é uma indicação da direção para obter o Selo, que proporciona uma camada adicional na estrutura. A governança é adaptável à realidade e pode precisar de mais ou menos comitês, de forma mais robusta ou menos”, finalizou.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 23.11.2023.